

A GLOBALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EUROPEIA NO SÉCULO XXI
THE GLOBALISATION OF EUROPEAN SEX EDUCATION IN THE 21ST CENTURY
LA GLOBALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SEXUAL EUROPEA EN EL SIGLO XXI

Laura Alonso-Martínez¹  <https://orcid.org/0000-0001-5425-5090>

Madalena Cunha²  <https://orcid.org/0000-0003-0710-9220>

¹ Universidad de Burgos, Facultad de Educación, Burgos, España.

² Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde, Viseu, Portugal | Health Sciences Research Unit: Nursing - UICISA:E, ESEnFC, Coimbra, Portugal | SIGMA – Phi Xi Chapter, ESEnFC, Portugal | CIEC - UM, Braga, Portugal

Laura Alonso-Martinez - lamartinez@ubu.es | Madalena Cunha – mnunes@essv.ipv.pt



Autor Correspondente

Laura Alonso-Martinez
C/ Villadiego, 1
09001 Burgos- Espanha
lamartinez@ubu.es

RECEBIDO: 27 de novembro de 2022

ACEITE: 03 de dezembro de 2022

PUBLICADO: 31 de Janeiro de 2023

EDITORIAL

A educação sexual é um processo de ensino e aprendizagem baseado em provas que abordam atitudes, comportamentos e crenças relacionados com a saúde sexual e a sexualidade. Deve ser adaptado individual e coletivamente e basear-se na promoção do respeito pelos direitos sexuais humanos. A educação sexual é essencial para a construção de sociedades mais inclusivas e para a melhoria da saúde sexual da população. É importante compreender o impacto da legislação sobre o estabelecimento de currículos educacionais em diferentes níveis de ensino. O governo, através da educação, deve contribuir para reduzir a discriminação sexual e o comportamento sexual de risco. Globalmente, o conteúdo da educação sexual é muito diversificado. Contudo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 adotados pelas Nações Unidas (ONU, 2015) estabelecem o caminho conjunto a seguir pelos países e sociedades. Os objetivos destinam-se a melhorar a vida de todos os cidadãos, incluindo os objetivos de saúde e bem-estar, educação de qualidade e igualdade das mulheres. Além destes objetivos globais, numerosas organizações internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2018), têm apelado repetidamente aos governos que melhorem o acesso equitativo à educação sexual e aos programas de saúde. As desigualdades existentes por país continuam a ser graves e a influenciar negativamente a saúde dos seus residentes (OMS, 2021). Na maioria dos países onde tal educação é transmitida, o seu principal objetivo é muitas vezes a prevenção de infeções sexualmente transmissíveis (DST, Boonstra, 2015). Portanto, os conteúdos obrigatórios e regulamentados do currículo estão orientados para o controlo de DST e contraceção e ainda esta abordagem restritiva não consegue responder ao desafio relacionado com o aumento do comportamento sexual de risco e destas infeções. A dificuldade de abordar esta questão a nível internacional exige o estabelecimento de estratégias de colaboração em matéria de Saúde Global entre países (UNESCO, 2018).

A educação sexual na Europa tem mais de meio século de história. A Suécia foi o primeiro país a adicioná-la ao seu currículo educacional em 1955 (Parker et al., 2009). Posteriormente, entre os anos 70 e 80, a Finlândia e outros países nórdicos incorporaram-no progressivamente nos seus currículos. Mais tarde, entre os anos 90 e 2000, França, Reino Unido, Portugal, Espanha, Estónia, Ucrânia e Arménia juntaram-se sucessivamente a esta proposta, por ordem de incorporação nos seus currículos escolares. Finalmente, em 2003, a Irlanda e os restantes países europeus aderiram de forma progressiva (EEGSE, 2016). Para saber mais sobre as propostas educativas de cada país, é necessário analisar o seu currículo, abordagem e metodologia de ensino (Calvo, 2021). Em geral, nos países mediterrânicos e da Europa Oriental, prevaleceu uma visão biologista influenciada pelas ideologias morais do país, contra uma visão mais profissionalizada e individualizada que foi ensinada nos países nórdicos (Cunha-Oliveira et al., 2021). O organismo responsável, na maioria dos países europeus, pela sua regulamentação é o equivalente do Ministério da Educação, em relação a outros Ministérios como os Assuntos Sociais ou a Saúde e em cooperação com os seus departamentos (UNESCO, 2018). A preocupação sobre a transmissão do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), após ter sido declarada uma pandemia nos anos 80, revolucionou a importância de integrar a educação sexual na Europa. Esta circunstância levou os governos a desenvolver estratégias no âmbito de programas de educação para a saúde, para evitar a transmissão deste vírus (OMS, 2021). O método didático mais utilizado tem sido o ensino por pares na aula e os recursos materiais utilizados tendem a ser atualizados numa base contínua e cientificamente através de literatura anterior publicada e aprovada pela União Europeia e/ou pelos governos de cada país (UNESCO, 2018). No entanto, a metodologia didática com uma abordagem interativa e uma atenção integrante da sexualidade tem sido a mais eficaz na Europa (De Haas e Hutter, 2019). Outro aspeto comum nos países europeus é que a educação em sexualidade é geralmente ensinada pelos professores. Contudo, voluntários e pessoal de Organizações Não Governamentais (ONG) são frequentemente contratados pelas escolas para fornecer esta educação ou complementá-la (UNESCO, 2018). Desta forma, pode haver uma distanciação científica destes ensinamentos, se não for contado com profissionais especialistas em saúde sexual que apoiam a formação lecionado. Por outro lado, o envolvimento conjunto dos serviços locais de saúde sexual permite uma educação sexual mais eficaz ao compreender o ambiente que rodeia os estudantes fora da aula (Sperling, 2021). A sexualidade é uma questão que afeta a toda a população e a formação qualificada deve ser incorporada em todas as áreas profissionais de uma forma interdisciplinar.

A nível transnacional, existem restrições comuns que influenciam a sua implementação, tais como: a diferença entre áreas urbanas e rurais, as diferentes identidades religiosas e a diversidade cultural existente nas sociedades globalizadas (OMS, 2021). As pessoas que vivem em zonas rurais, as minorias religiosas, os migrantes, os jovens e outros indivíduos em risco de exclusão social continuam a ser os grupos com menor acesso aos recursos educativos e sanitários e com uma maior incidência de novas infeções por DST (UNESCO, 2018). A legislação atual dificulta a implementação de estratégias de educação em saúde pública que abordam de forma abrangente a sexualidade (ONU, 2015). São necessários fazer mais estudos que investiguem sistematicamente o impacto legislativo, educacional e social, e para desenvolver intervenções sobre questões de sexualidade que confrontem, desaprovam, e assumam a responsabilidade por atitudes e comportamentos sexuais negativos, tais como: a violência baseada no género, o preconceito contra a diversidade e a deficiência sexual, a privação afetiva, as relações disfuncionais em ambientes presenciais e em linha, a privação de liberdades sexuais, a transmissão de DST e outras questões que afetam a saúde sexual dos indivíduos. Estas intervenções devem basear-se em assegurar a aquisição de atitudes e comportamentos positivos que respeitem os Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boonstra, D. (2015). Advancing sexuality education in developing countries: evidence and implications em Ponzetti, J.J.(Ed.), *Evidence-based Approaches to Sexuality Education* (1ed.). Nueva York, United States: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315755250>
- Calvo, S. (2021). Educación sexual con enfoque de género en el currículo de la educación obligatoria en España: avances y situación actual. *Educatio Siglo XXI*, 39(1), 281-304. <https://doi.org/10.6018/educatio.469281>
- Cunha-Oliveira, A., Camarinho, A. P., Gómez-Cantarino, S., Cipriano-Crespo, C., Queirós, P. J. P., Cardoso, D., Santos, D. G., y Ugarte-Gurrutxaga, M. I. (2021). The Integration of Gender Perspective into Young People's Sexuality Education in Spain and Portugal: Legislation and Educational Models. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(22), 11921. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211921>
- De Haas, B., e Hutter, I. (2019). Teachers' conflicting cultural schemas of teaching comprehensive school-based sexuality education in Kampala, Uganda. *Culture, Health & Sexuality*, 21(2), 233-247. <https://doi.org/10.1080/13691058.2018.1463455>
- EEGSE-European Expert Group on Sexuality Education (2016). Sexuality education—what is it? *Sex Education*, 16(4), 427-431. <https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1100599>
- Organização Mundial de Saúde (2021). *Intervenciones de salud sexual y reproductiva en el compendio de la OMS sobre la CSU*. Organización Mundial de Saúde. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022867>
- Organização Mundial de Saúde. (2022). *Salud Sexual*. Organización Mundial de Saúde. https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab_1
- ONU. (2015). *Resolución 70/1. Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible aprobada por la Asamblea General el 25 de septiembre de 2015*. ONU. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/>
- Parker, R., Wellings, K., y Lazarus, J.V. (2009). Sexuality education in Europe: An overview of current policies. *Sex Education*, 9(3), 227-242. <https://doi.org/10.1080/14681810903059060>
- UNESCO. (2018). *Orientaciones técnicas internacionales sobre educación en sexualidad*. UNESCO. https://www.who.int/docs/default-source/reproductive-health/isbn-978-92-3-300092-6.pdf?sfvrsn=e8a2c2c9_8
- Sperling, J. (2021). Comprehensive sexual health education and intersex (in)visibility: an ethnographic exploration inside a California high school classroom. *Sex Education*, 21(5), 584-599. <https://doi.org/10.1080/14681811.2021.1931834>